

CM/Coluna: 66 - CM2: Audiência: 927127.5

Inicio essa coluna em O GLOBO agradecendo ao convite para falar sobre a saúde das crianças e dos adolescentes brasileiros num espaço tão nobre. Somos um país desigual em muitos aspectos, e essa desigualdade afeta direta e indiretamente nossos i ovens. Como podemos desej ar um futuro mais justo se, neste momento, não fizermos nada pêlos que estão nascendo - e os que hoje estão à deriva -e serão os adultos de amanhã? No princípio do século XX, a expectativa devida nos países desenvolvidos beirava os 40 anos e, passados cem anos, essa idade mais do que dobrou. Podemos pensar que isso ocorreu pelo desenvolvimento da medicina, com adescoberta dos antibióticos, o aprimoramento das vacinas, das cirurgias e o aparecimento das UTIs. Mas a verdade é que boa parte desses ganhos ocorreu devido ao saneamento básico, à água encanada e tratada, aos hábitos de higiene e à educação. No entanto, tudo isso ainda é muito precário no Brasil do século XXI. As principais causas de morte entre menores de 6 anos no nosso país, de acordo com um estudo da Sociedade Brasileira de Pediatria, são as complicações perinatais (pouco antes ou depois do parto), doenças respiratórias, infecciosas e parasitárias. Ou seja: problemas que poderiam ser evitados com melhores condições nas moradias e atendimento médico apropriado durante a primeira infância. A falta de saneamento e o conhecimento sobre hábitos de higiene são questões que já deveriam ter sido resolvidas há cem anos no país. Mas, vejam só, vivemos com os problemas da era passada e da atual, que são as mortes já citadas somadas às causadas no trânsito, por balas "perdidas" que "acham" crianças, e todo o tipo de violência à qual nossos pequenos estão expostos. O movimento Agenda 227



CM/Coluna: 66 - CM2: Audiência: 927127.5

- nome em alusão ao artigo da Constituição que deu origem ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) -é formado por organizações da sociedade civil e conta com a participação da fundação que presido. Ele aponta o que nossa sociedade precisa cobrar junto aos novos governos estaduais e federal que tomam posse em janeiro de 2023. No intitulado Plano País Para Infância e Adolescência, o grupo apresenta 148 propostas ao poder público e que, se implementadas com a urgência que reivindicamos, serão capazes de corrigir graves violações e de promover um salto no desenvolvimento humano e económico do país. As discussões para a construção dessa agenda, entre ONGs e instituições filantrópicas, chegaram a dez medidas muito simples a serem tomadas pêlos próximos governos. Dentre elas, destaco a necessidade de aumentar a atenção ao atendimento pré-natal, ao parto e ao puerpério na rede pública; assegurar orçamento para o Programa Nacional de Imunizações; fortalecer a Farmácia Popular; facilitar a realização de exames pêlos SUS; focar na saúde mental dos jovens (escrevo este texto justamente na semana em que um adolescente assassinou crianças e professores numa escola do Espírito Santo); efetivar programas de educação sexual; e termos uma base de dados apurada, por meio da coleta de informações sobre idade, raça, género, deficiência, etnia e marcadores socioeconômicos em todos os registros administrativos da área da saúde. Em meados de novembro, o Tribunal de Contas da União (TCU) já havia advertido a equipe de transição em Brasília sobre os problemas deixados pelo atual governo na área da saúde, sobretudo no setor de imunizações. E fez referência ao problema estrutural e de governança do SUS, que o torna insustentável no curto e



CM/Coluna: 66 - CM2: Audiência: 927127.5

médio prazos, mas isso é um tema complexo e assunto que posso abordar em outro artigo.



CM/Coluna: 66 - CM2: Audiência: 927127.5



Infância saudável é sociedade saudável

nicio essa coluna em O GLOBO agradecendo ao convite para falar sobre a saúde das crianças e dos adolescentes brasileiros num espaço tão nobre. Somos um país desigual em muitos aspectos, e essa desigualdade afeta direta e indiretamente nossos jovens. Como podemos desejar um futuro mais justo se, neste momento, não fizermos nada pelos que estão nascendo — e os que hoje estão à deriva — e serão os adultos de amanhã? No princípio do século XX, a expectativa de vida nos países desenvolvidos beirava os 40 anos e, passados cem anos, essa idade mais do que dobrou. Podemos pensar que isso ocorreu pelo desenvolvimento da medicina, com a descoberta dos antibióticos, o aprimoramento das vacinas, das cirurgias e o aparecimento das UTIs. Mas a verdade é que boa parte desses ganhos ocorreu devido ao saneamento básico, à água encanada e tratada, aos hábitos de higiene e à educação. No entanto, tudo isso ainda é muito precário no Brasil do século XXI.

As principais causas de morte entre menores de 6 anos no nosso país, de acordo com um estudo da Sociedade Brasileira de Pediatria, são as complicações perinatais (pouco antes ou depois do parto), doenças respiratórias, infecciosas e parasitárias. Ou seja: problemas que poderiam ser evitados com melhores condições nas moradias e atendimento médico apropriado durante a primeira infância.

A falta d^e saneamento e o conhecimento sobre hábitos de higiene são questões que já deveriam ter sido resolvidas há cem anos no país. Mas, vejam só, vivemos com os problemas da era passada e da atual, que são as mortes já citadas somadas às causadas no trânsito, por balas "perdidas" que "acham" crianças, e todo o tipo de violência à qual nossos pequenos estão expostos.

cia à qual nossos pequenos estão expostos. O movimento Agenda 227 — nome em alusão ao artigo da Constituição que deu origem ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) — é formado por organizações da sociedade civil e conta com a participação da fundação que

Principais causas de morte entre menores de 6 anos, são: complicações perinatais, doenças respiratórias, infecciosas e parasitárias ção da fundação que presido. Ele aponta o que nossa sociedade precisa cobrar junto aos novos governos estaduais e federal que tomam posse em janeiro de 2023. No intitulado Plano País Para Infância e Adolescên-

cia, o grupo apresenta 148 propostas ao poder público e que, se implementadas com a urgência que reivindicamos, serão capazes de corrigir graves violações e de promover um salto no desenvolvimento humano e econômico do país.

As discussões para a construção dessa agenda, entre ONGs e instituições filantrópicas, chegaram a dez medidas muito simples a serem tomadas pelos próximos governos. Dentre elas, destaco a necessidade de aumentar a atenção ao atendimento pré-natal, ao parto e ao puerpério na rede pública; assegurar orçamento para o Programa Nacional de Imunizações; fortalecer a Farmácia Popular; facilitar a realização de exames pelos SUS; focar na saúde mental dos jovens (escrevo este texto justamente na semana em que um adolescente assassinou crianças e professores numa escola do Espírito Santo); efetivar programas de educação sexual; e termos uma base de dados apurada, por meio da coleta de informações sobre idade, raça, gênero, deficiência, etnia e marcadores socioeconômicos em todos os registros administrativos da área da saúde.

administrativos da área da saúde.
Em meados de novembro, o Tribunal de Contas da União (TCU) já havia advertido a equipe de transição em Brasilia sobre os problemas deixados pelo atual governo na área da saúde, sobretudo no setor de imunizações. E fez referência ao problema estrutural e de governança do SUS, que o torna insustentável no curto e médio prazos, mas isso é um tema complexo e assunto que posso abordar em outro artigo.